 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 006. Alimentação, Cultura e Direitos Sociais

Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a, Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Debatedor/a, Sandra Simone Queiroz de Morais Pacheco (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA) - Debatedor/a, Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a O projeto de constru??o de uma comunidade global baseada em padr?es universais e progressivos de dec?ncia, moralidade e dignidade humanas constitui uma das grandes transforma?es do s?culo XX, tendo como marco significativo a Declara??o Universal dos Direitos Humanos. Nesse ?mbito, o Direito ? Alimenta??o tem sido objeto da reflex?o antropol?gica desde 1940 e ? crescente sua participa??o no debate contempor?neo em fun??o de sua interconex?o com a ?crise alimentar? em suas diferentes facetas, tais como: mecanismos institucionais de poder e pr?ticas administrativas, rela?es de domina??o entre grupos e na?es, crise ecol?gica e produ??o em larga escala, concentra??o de renda e empobrecimento de grandes contingentes populacionais, rela?es entre saberes tradicionais e saber cient?fico etc. No Brasil, a Constitui??o de 1988 representou um avan?o significativo na possibilidade de consolida??o de um conjunto de Direitos Sociais, dos quais a alimenta??o ocupa um lugar central, seja na efetiva??o da dignidade humana e cidadania, seja na possibilidade dos grupos sociais reproduzirem suas exist?ncias nos seus lugares de atua??o. Assim, o GT busca assegurar e ampliar o espa?o de discuss?o da Antropologia da Alimenta??o e colocar em perspectiva quest?es relativas aos riscos e controv?rsias sobre a seguran?a alimentar e nutricional, dos ativismos pol?ticos e das pol?ticas p?blicas, que assegurem o direito ? alimenta??o, soberania e cultura alimentar nos seus aspectos multidimensionais.

Tradições, patrimônio, segurança alimentar e sustentabilidade

Autoria: Mônica Chaves Abdala

Na presente discussão, refletimos sobre um conjunto de movimentos para documentação do mosaico de culturas e tradições de Minas Gerais-Brasil, assim como para preservação de seu patrimônio cultural e as diferentes formas pelas quais essas tradições são ressignificadas, fazendo sentido para os grupos que as reafirmam. Entendemos como elementos centrais para a análise o reconhecimento de singularidades, de reputação, de valorização de saberes e experiências relativas a conhecimentos ancestrais com foco na segurança alimentar. Nesse quadro, há movimentação e articulações em defesa da gastronomia como possibilidade de resgatar identidades e de desenvolvimento econômico sustentável, que se constituem em vários níveis da sociedade. Nos grupos que se estruturam por meio de Projetos e Frentes reunindo estudiosos, profissionais da gastronomia, empresários, políticos; nos sujeitos que formam a base de toda a cadeia produtiva, organizados ou não em comunidades e associações, que são protagonistas de suas histórias e dão exemplo de experiências de sustentabilidade. Nas políticas públicas e no investimento político e, não raras vezes econômico, do Estado, que desempenha papel fundamental na construção da imagem de Minas associada à gastronomia, desde os anos 1980, como vimos demonstrando em nossos estudos. São amplas e variadas documentações sobre tradições culinárias de Minas Gerais produzidas por todos esses grupos, ao longo dos anos, que resultam de numerosas viagens a campo, parcerias e assessorias. Por parte da Academia, parecem inesgotáveis as possibilidades de investigação de um campo que não cessa de crescer e se reinventar e que contribuem desvelando os contextos históricos regionais ou locais em que esse

 ISBN: 978-85-87942-61-6

verdadeiro mosaico de experiências vai se articulando e fazendo sentido. Compreender esse investimento de diferentes setores na chamada gastronomia mineira, da perspectiva acadêmica, nos obriga a retomar a construção histórica que fez da cozinha elemento central em diferentes formas de sociabilidade, compreender como se estrutura um mito da mineiridade e como a cozinha contribui nessa estruturação, e também investigar como as tradições são manipuladas e ressignificadas no bojo da reconstrução permanente dessa mineiridade. É preciso explorar essa rica documentação, os inúmeros movimentos e eventos, trazendo à tona seus fundamentos históricos, intelectuais, políticos e econômicos que, construídos e reconstruídos permanentemente, possibilitam compreender a dinâmica cultural e política desse jogo de identidades e tradições mineiras.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**